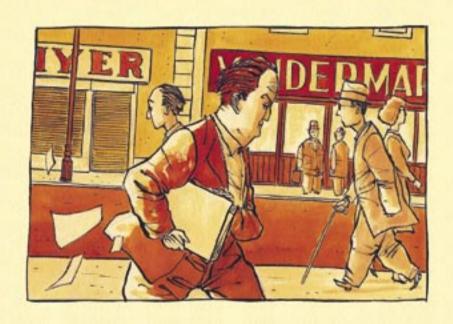
os PESADELOS FISCAIS de PORFÍRIO ZAP



José Carlos Fernandes



OS PESADELOS FISCAIS DE PORFÍRIO ZAP

Uma edição da Direcção-Geral dos Impostos | Maio 2007

AUTOR José Carlos Fernandes

COORDENAÇÃO

João Paulo Paiva Boléo | Coordenador do
Grupo de Trabalho de Educação Fiscal

DESIGN GRÁFICO Pedro Moura I Insólito Design

TRATAMENTO DE ORIGINAIS (DIGITALIZAÇÕES) João Luís Dória

IMPRESSÃO E ACABAMENTO SocTip

ISBN 978-972-98736-6-9

DEPÓSITO LEGAL ??????





> ABERTURA

A Direcção-Geral dos Impostos tem vindo a fazer um significativo esforço de modernização e aperfeiçoamento da sua organização, incluindo a simplificação de procedimentos, tendo em vista uma melhor e mais eficaz relação com os contribuintes.

Verifica-se igualmente, apesar do muito caminho que ainda há a percorrer, uma crescente consciência da importância dos impostos e, em consequência, da necessidade do cumprimento correcto das obrigações tributárias.

É neste contexto que surge o Projecto de Educação Fiscal. Este Projecto concretiza-se essencialmente em dois eixos fundamentais: por um lado, a sensibilização para a importância do cumprimento fiscal como contributo na prossecução do "bem comum", através de um conjunto de iniciativas, e, por outro, a introdução nas áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente no final do ensino básico, de um módulo de Educação Fiscal.

Esta nova proposta educativa constitui, desde logo, uma chamada de atenção para o papel da Administração Fiscal, centrado não apenas na sua função essencial de "arrecadação de receitas" e de fiscalização, mas também nas suas funções de garante da justiça tributária.

É desejável, no entanto, que esta evolução positiva do cumprimento fiscal resulte não só do maior controlo exercido pela Administração Fiscal, mas também, e sobretudo, de um aumento da consciência cívico-fiscal dos cidadãos.

Com este Projecto procura-se contribuir para que a sociedade portuguesa em geral e particularmente os jovens – os futuros contribuintes – se tornem, ao longo da vida, cidadãos solidários e conscientes das suas obrigações.

É importante não esquecer que é através dos impostos que o Estado obtém a maior parte das receitas necessárias ao pagamento das prestações sociais e ao financiamento das despesas com a prestação de serviços públicos (saúde, educação, cultura, defesa e segurança, transportes e comunicações, investigação e ciência, etc., etc.), tendo em vista o bem-estar social.

Os efeitos do incumprimento prejudicam todos os cidadãos. Fenómenos como a fraude e evasão fiscal, que assentam numa mentalidade de direitos adquiridos sem nada contribuir para o bem comum, devem ser, cada vez mais, encarados como injustos em relação a todos os que cumprem.

A banda desenhada que agora se apresenta pretende sensibilizar para a necessidade de todos contribuirmos, de acordo com os rendimentos reais de cada um, para o bem geral, alertando para os riscos individuais e os prejuízos colectivos da fuga aos impostos.

Risco, ou aposta, constituiu a forma de pedagogia adoptada – aposta que nos parece ganha, mas cuja última palavra caberá naturalmente ao leitor. Em vez de a banda desenhada ser apenas uma linguagem ao serviço de uma informação técnica, optou-se por desafiar José Carlos Fernandes, um dos mais conceituados autores completos (texto e desenho) da banda desenhada portuguesa contemporânea, a realizar uma história totalmente original, em que, de uma forma criativa e pessoal, dentro dos objectivos do Projecto, abordasse a temática dos impostos de modo a realizar, o que podemos chamar, um entretenimento inteligente de fundo educativo.

É há muito sabido que a banda desenhada é uma arte plena de potencialidades, podendo abordar as mais variadas temáticas para diversos públicos e diferentes níveis etários. Neste caso, estamos perante uma história não para crianças, mas para jovens e adultos, com uma subtil conjugação de humor e ironia.

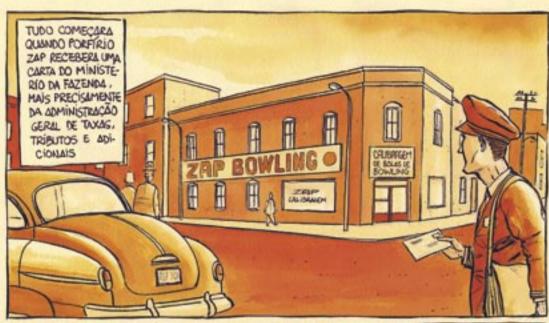
Num contexto onírico e metafórico de pesadelos, o «dia da libertação dos impostos» surge como uma abordagem diferente da chamada carga fiscal. O autor, consciente de que no fundo ninguém gosta de pagar impostos, mas reconhecendo a sua utilidade e necessidade, optou por, de uma forma mais próxima da vida de todos os dias, quantificar, através do tempo de trabalho dispendido, quanto dos nossos rendimentos se destina ao Estado para as despesas colectivas e quanto é, privadamente, para as nossas necessidades individuais.

Na verdade, se todos cumprirmos as nossas obrigações fiscais, teremos uma sociedade melhor, mais justa, mais exigente e livre de pesadelos... fiscais.

LISBOA, ABRIL DE 2007

O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS JOÃO JOSÉ AMARAL TOMAZ

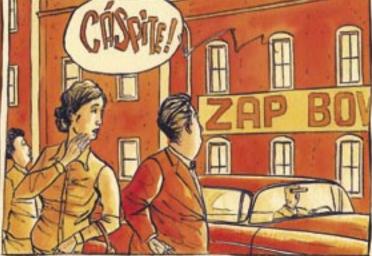
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO VALTER VICTORINO LEMOS















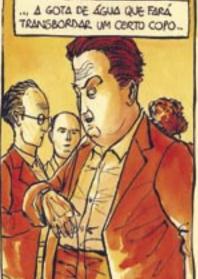






É, PORTANTO, QUASE IMPOSSÍVEL PREVER QUAL SERÁ, NA SUCESSÃO DE VICISSITUDES, CONTRARIEDADES, INCIDENTES, INCOMODOS, DESILUSÕES, ATRITOS E DESAVENÇAS QUE VÃO ATORMENTANDO QUOTIDIANAMENTE A HUMANIDADE





... E EMPURRAR UMA PESSOA ATÉ AÍ PACATA. RESPEITADORA E CORDATA...

PEGO DESCULPA PELA DEMORA, SE ZAP, MAS QUIS COMPTEMAR TUBO

NÃO HÁ ENGANO:
OS SEUS RENDÍMENTOS DO
ANO PASSADO FORAM MAIS
ELENADOS, O QUE O FEZ
SUBIR PARA UM ESCATAO
SUPERIOR DE TRIBUTAÇÃO







































































































DULENTAS









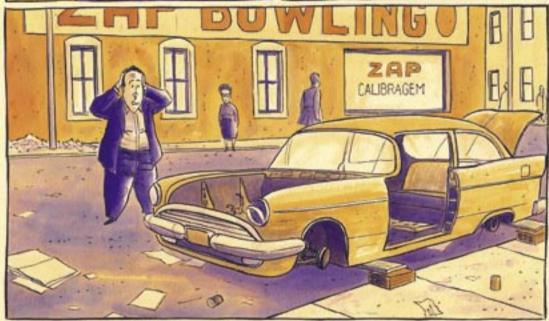
































TAMBÉM HÁ

QUEM PAGUE

BEM PELO FERRO FUN-

DIDO

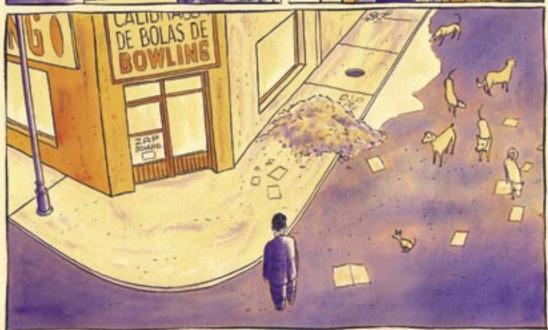




















































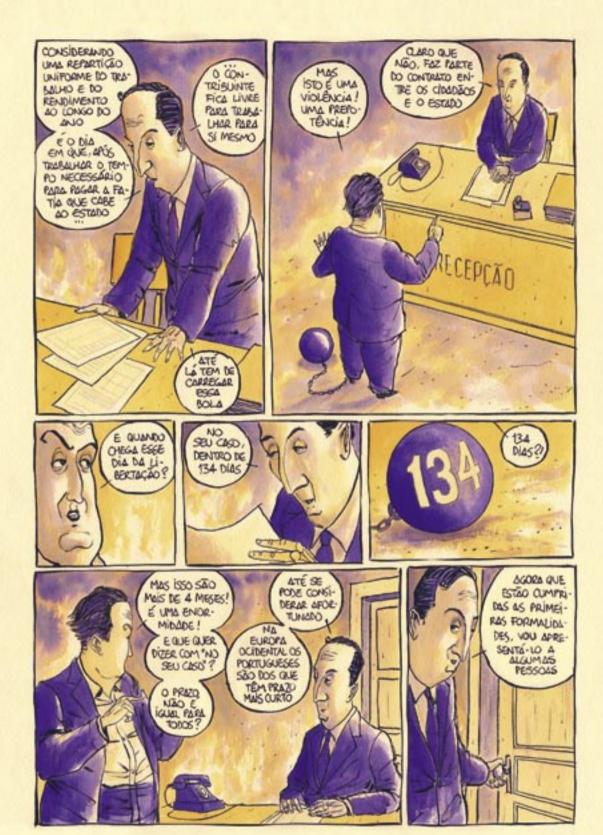






























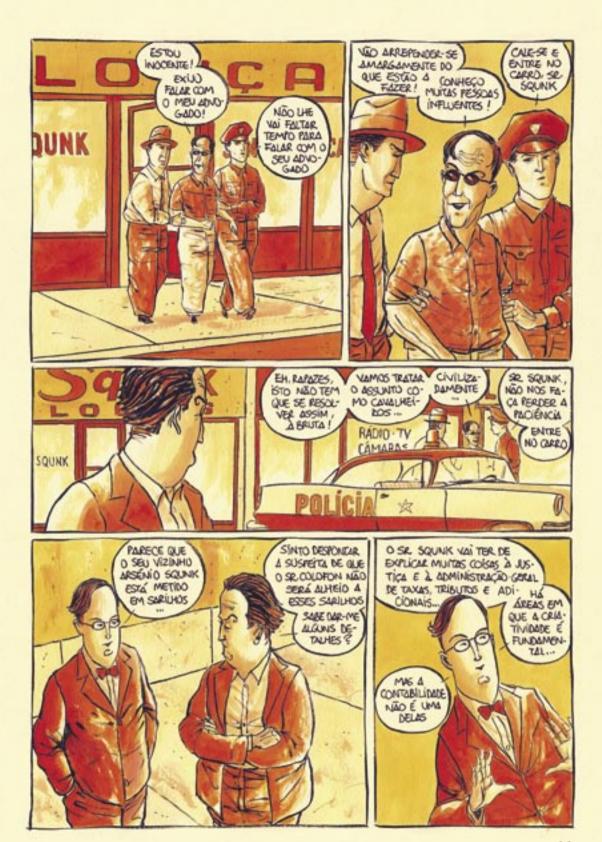














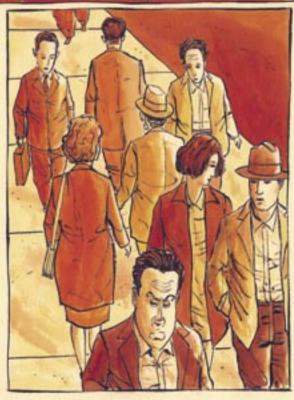














INFORMAÇÕES ÚTEIS E CONTACTOS

www.e-financas.gov.pt
www.dgci.min-financas.pt
www.lojadocidadao.pt
www.portaldocidadao.pt